



## O COLONIALISMO DO PODER: UM PROJETO HISTÓRICO EDUCACIONAL IMPLANTADO NO BRASIL

ÁLVARO VINICIUS DA SILVA PINTO<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo almeja problematizar a relação entre a educação e as raízes coloniais que imperam na modernidade, depreendendo como o colonialismo não foi aleatória, mas um projeto implantado por partes para a dominação dos sujeitos classificados como “outros”. Discute-se com as contribuições de Anibal Quijano (1928-2018) e Boa Ventura de Souza Santos (1940) como a europa implantou seu modelo de exploração de riquezas naturais e humanas por meio de inúmeras violências, entre elas a classificação dos seres humanos por suas “raças”. Analisando dessa forma seus impactos e desdobramentos na cultura, na vida e na possibilidade de pensar a sua condição de existência dos povos explorados. Para desenvolver essa análise foram realizadas leituras de artigos, livros e dissertações que contribuíram no pensar da colonialidade como um plano educacional implementado no Brasil.

**Palavras-chaves:** Colonialismo; Colonialidade; Educação.

### ABSTRACT

*This article aims to problematize the relationship between education and the colonial roots that prevail in modernity, understanding how colonialism was not random, but a project implemented in parts for the domination of subjects classified as “others”. It is discussed with the contributions of Anibal Quijano (1928-2018) and Boa Ventura de Souza Santos (1940) how Europe implemented its model of exploitation of natural and human wealth through countless forms of violence, including the classification of human beings by their “races”. Analyzing in this way its impacts and consequences on culture, life and the possibility of thinking about the condition of existence of exploited peoples. To develop this analysis, articles, books and dissertations were read that contributed to thinking about coloniality as an educational plan implemented in Brazil.*

**Keywords:** Colonialism; Coloniality; Education.

<sup>4</sup> Graduado em pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda;  
Graduando em bacharelado ciências sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.  
<https://orcid.org/0009-0005-9825-3878>



## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo pensar o colonialismo como um plano elaborado não apenas para exploração econômica por meio dos recursos naturais, mas para além disso um projeto de estratificação intelectual implantado na dominação epistemológica dos povos originários e negros. Avaliando, dessa forma, os elementos que compuseram o colonialismo percebendo que este processo não se limita a invasão militar e a violência física imposta contra os sujeitos “outros”. Para além do sistema de exploração de riquezas implanta-se uma estrutura socialmente hierarquizada classificada por meio do ideal de “raça” cunhado pelos europeus para subalternizar os povos explorados por meio do domínio cultural.

Propõem-se ainda a discutir o período pós-colonial, onde impera não mais o colonialismo, mas sim a colonialidade que inaugura um padrão racial de poder e de divisão do trabalho no qual os exploradores são legitimados socialmente, enquanto os explorados são submetidos a obediência. Infere-se ainda sobre o papel das escolas, desde o período colonial até os moldes da colonialidade e como está influência na condição de sub-humanidade deliberada pela racionalidade branca europeia.

Problematiza-se o processo de ensino/aprendizagem que fora abruptamente transformado pelas formas de pensar europeias durante a implantação da formação ideológica nas colônias. Avaliando ainda o processo de subversão cultural e religiosa que levaram ao colonialismo e a colonialidade cultural da população negra e nativa pontuando o esvaziamento da identidade destes povos em detrimento da civilidade racional branca europeia.

## COLONIZAÇÃO: DE SUA IMPLANTAÇÃO

O colonialismo se dá inicialmente, não como um projeto pensado ou no mínimo estruturado em sua totalidade, mas sim como um plano de expansão e exploração territorial, assim o mesmo tem como foco inicial novas rotas comerciais para impulsionar a economia vigente, contudo, ao longo do processo ganha força e se ergue hegemonicamente sobre os povos e nações para estratificação dos recursos naturais, aí então, transformar-se em um projeto de implantação colonial, de subordinação do outro, de estrutura pré-capitalista.

Com a expansão marítima, muito impulsionada pela necessidade de novas rotas comerciais, encontram-se terras, até então desconhecidas pela Europa. Os colonizadores chegam então ao Brasil. O processo de colonização nas terras brasileiras se dá de modo diferente de outros lugares, pois trata-se de uma colônia de exploração com a finalidade de explorar recursos naturais escoando-os para a Europa.

Inicialmente, as américas chamam atenção pelas pedras preciosas acumuladas pelo povo



nativo, nesse momento, tais terras deixam de ter um caráter político e passam a possuir um caráter comercial. O ouro encontrado no Brasil passa a chamar atenção de toda a Europa e assim Portugal passa a se movimentar para que não haja ocupações externas nessas terras.

*Os portugueses acompanhavam de perto esses movimentos e até pelo suborno atuaram na corte francesa para desviar as atenções do Brasil. Contudo tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Esse esforço significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. A migração do ouro que existia no interior das terras do Brasil - à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses - pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas. (FURTADO, 2005, p. 9)*

Portugal, desesperado para ocupação das novas terras, volta-se a outras formas de exploração que não seja apenas direcionada para metais preciosos. Dar-se, assim, início a exploração agrícola, fato que confere a América como parte integrante da economia Europeia e dessa forma aplica-se técnicas de manipulação das terras e capital necessário para a implantação de um modelo de exploração agrícola visando a permanente produção de bens de consumo voltados ao mercado europeu.

*Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. Este problema foi discutido amplamente e em alto nível, com a interferência de gente - como Damião de Góis - que via o desenvolvimento da Europa contemporânea com uma ampla perspectiva. Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras acontecimento de enorme importância na história americana. (FURTADO, 2005, p.10)*

Os portugueses se debruçam sobre a produção do açúcar, principal especiaria no mercado europeu, que com a ajuda dos investimentos holandeses passam a ter a organização comercial necessária para a sua mercantilização. Contudo, mesmo com o apoio comercial Holandês e a experiência com a cultura do açúcar que os portugueses detinham, os mesmos ainda necessitavam da mão de obra. Pois, o transporte da mão de obra da Europa faria todo o processo produtivo tornar-se oneroso com relação aos custos, visto que, as condições de trabalho insalubres também contribuíam para a necessidade de altas remunerações. Assim, os portugueses iniciaram as negociações para o transporte de mão de obra escrava.

*Cada um dos problemas referidos - técnica de produção, criação de mercado, financiamento, mão-de-obra - pôde ser resolvido no tempo oportuno, independentemente da existência de um plano geral preestabelecido. O que importa ter em conta é que houve um conjunto de circunstâncias favoráveis sem o qual a empresa*



*não teria conhecido o enorme êxito que alcançou. (FURTADO, 2005, p. 12)*

A exploração agrícola vigorou durante muito tempo na colônia brasileira, nesse período o Brasil passou por um processo de aculturação, exploração, genocídio dos povos originários, escravização dos povos nativos e dos povos negros, centralidade da acumulação primitiva do capital etc. Desta forma fundou-se uma sociedade desigual, capitalista, patriarcalista e racista que teve como consequência a subalternização dos povos escravizados, a hiper concentração de renda por minorias burguesas, o machismo, racismo estrutural e inúmeros desdobramentos surgidos pela id-entidade reducionista “negro” e “índio” atribuída pelo branco europeu, a isto Aníbal Quijano (1928 - 2018) chama de **colonialidade do poder**.

### **COLONIZAÇÃO: DE SUAS CONSEQUENCIAS, AO COLONIALISMO DO PODER.**

Aníbal Quijano traz o conceito de colonialidade do poder para situar as formas de dominação e exploração que persistem desde o período colonial, contudo esta discussão não se limita apenas a colonização, mas sim as estruturas de poder que existem nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa abordagem crítica visa questionar as narrativas hegemônicas buscando descolonizar o pensamento, destituindo o eurocentrismo como modelo mundial.

Faz-se necessário pensar que com o processo histórico de exploração das américas se deu a modernidade, assim é possível inferir que os dois surgiram juntos. Inicialmente por um ideal marcante, a clara diferença entre o colonizador e o colonizado, o que implica uma diferenciação supostamente biológica que o “outro” está em relação de inferioridade frente ao europeu, ou seja, funda-se a perspectiva de dominador e dominado ideal adotado para justificar as relações de dominação.

Ao atribuir aos nativos da América uma categoria de inferioridade com relação ao povo europeu justifica-se a exploração do mesmo, pois este deve ser colonizado, removido da barbárie para que possa ascender ao status de civilizado. O modelo de civilização europeia busca o universalismo, a totalidade e para isso considera necessária a aplicação de seu modo de existência aos povos americanos. Seu principal suporte simbólico para isso é a raça.

*A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (QUIJANO, 2005, p. 177)*

A raça, nesse sentido, é um pressuposto simbólico, utilizado a serviço dos interesses



coloniais, baseado em observações e características biológicas compostas por diferentes formas de ser para corroborar com uma proposta de exploração e dominação não apenas física, mas também simbólica. A redução da diversidade de povos indígenas e negros a id-entidades impostas pelos europeus são construções demonizadas e desumanizadas de povos que se aproximam da natureza e por isso menos racionais, menos humanos que necessitavam de cristianização e catequese.

A partir da ideia de “raça” surge uma diferenciação nas relações sociais, pois o termo se dá para classificar as id-entidades da América que são reduzidas a: índios, negros e mestiços. Ou seja, os portugueses e espanhóis, mais tarde europeus, até então indicavam sua origem, porém por meio da divisão racial dar-se-á novas identificações. Na medida em que se estabelecia os modelos de exploração essas id-entidades passaram a ter uma representação hierárquica que corresponde aos lugares e papéis sociais do colonizador e do colonizado. Assim, a ideologia de raça foi um instrumento simbólico de diferenciação social de classes.

*De um lado, tem-se a subalternização de identidades coletivas a partir da formulação da noção de raça e de hierarquias de gênero. De outro, há a imposição por parte daqueles que detêm a legitimidade da enunciação - os colonizadores - de sua identidade enquanto síntese da humanidade e, assim, como padrão de uma condição Moderna e desenvolvida. É nessa dupla relação que emerge a categoria “outros” para designar os sujeitos que não corresponderiam à identidade hegemônica sintetizada na designação “homem-branco-heterossexual-europeu”. (RAMALHO, LEITE, 2020, p. 5)*

A modernidade inaugurada pela Europa, com a invasão às Américas, se dá acompanhada do desenvolvimento do sistema capitalista, com os grandes lucros obtidos pela exploração das colônias, de uma estrutura social fundada no dilema da alteridade surgida por meio da raça, onde ocorre a distinção clara entre o colonizador e o colonizado cunhando o termo “Europeu” e classificando os outros povos subalternizados. A Europa passa a ser um modelo de civilização racional a ser seguido e, portanto, tem o dever de operar sobre outros povos inferiores para que possam ascender ao status de civilizado, racional e europeu.

Com a legitimidade da escravização dos povos indígenas e negros e com a divisão racial cunhada pela ideologia europeia, funda-se uma nova divisão social do trabalho que se dá pela estrutura construída historicamente e socialmente. Na medida em que a estrutura do controle do trabalho se dá na atribuição do trabalho, dos recursos e dos produtos voltados para uma produção global que pudesse atender ao mercado mundial. Pela primeira vez na história houve uma padronização global do trabalho.

*[...] no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de*



*produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. (QUIJANO, 2005, p. 118)*

A divisão social do trabalho se dá no reconhecimento do “Eu” colonizador e do “Outro” colonizado, isto que por sua vez é marcado pelo aspecto colonial sendo principal divisor das classes em sociedade, e por meio deste, dá-se a hierarquia frente ao controle dos meios de trabalho e a concentração do capital. O sistema de divisão racial e as funções exercidas no âmbito do trabalho estão associadas e reforçam a estrutura de dominação europeia.

Assim, a nobreza europeia podia ocupar os cargos de administração das colônias, enquanto os europeus que não eram nobres tinham o direito de serem produtores, artesãos, comerciantes e possuíam salários. Contudo, aos indígenas e negros restavam a escravidão. A estrutura de divisão social e do trabalho tornou-se um modelo global, desta forma, novas identidades foram produzidas tais como, brancos e mestiços. Isso refletiu na distribuição racista de novas identidades sociais, bem como na exclusividade da ocupação branca nos cargos mais altos na estrutura trabalhista e no trabalho assalariado. Os brancos dominaram, dessa forma, os postos de administração colonial.

O finalmente definido, Eurocentrismo, é conceituado pela centralização da Europa como centro do mundo e referencia-se no conhecimento sistematicamente construído na Europa ocidental que se torna hegemônico com a ocupação das américas. Com o processo de mundialização da Europa a modernidade é instaurada e impõe-se as outras culturas como marginais e periféricas.

*[...] o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Essa associação produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo. Essa visão só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da recém constituída Europa, por seu lugar central e dominante no capitalismo mundial colonial/moderno, da vigência nova das ideias mitificadas de humanidade e de progresso, inseparáveis produtos da Ilustração, e da vigência da ideia de raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 127).*



## DO COLONIALISMO A COLONIALIDADE

Percebe-se, até então, que o colonialismo trouxe implicações nas formas de convivência social tais quais, o conceito de raça como proposta de disparidade entre os europeus e os indígenas e negros; a divisão racial do trabalho; em vista, que os povos colonizados foram submetidos ao sistema de escravidão; o desenvolvimento do modelo capitalista; a compreensão da Europa como centro da modernidade, o eurocentrismo.

Quanto a colonialidade, propõe-se pensar sobre de que maneira tais estruturas de poder citadas acima se mantiveram mesmo com a “superação” do colonialismo. Percebe-se que o colonialismo como fundamento histórico social que se estabeleceu como estruturação de exploração, ocupação e estratificação de riquezas fora superado com a emancipação das colônias de exploração, contudo, é possível pensar quais configurações desse sistema ainda se estabelecem enquanto um sistema de poder opressor dos povos colonizados, dos negros e indígenas. “Ao contrário do que vulgarmente se pensa, a independência política das colônias europeias não significou o fim do colonialismo, e sim apenas a substituição de um tipo de colonialismo por outros (colonialismo interno, neocolonialismo, imperialismo, racismo, xenofobia etc.).” (SANTOS, 2022, p. 27)

Como efeito do eurocentrismo a Europa concentrou todas as experiências, recursos e produtos culturais, cunhou um novo padrão mundial e estabeleceu formas de controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e das formas de produzir conhecimento. A modernidade implicou novas intersubjetividades modificando as estruturas sociais. A priori expropriaram as populações colonizadas reprimindo suas formas de existência e convivência social limitando suas produções científicas, seus conhecimentos e saberes.

A posteriori, objetivaram a subjetividade dos povos colonizados exercendo uma violência simbólica frente aos conhecimentos elaborados por tais povos. Bem como, realizarão um processo de aculturação fazendo com que os colonizados fossem obrigados a aprenderem a cultura europeia desde a língua até a religião cristã. “Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.” (QUIJANO, 2005, p. 121)

O etnocentrismo colonial e a classificação racial elevaram a Europa aos status de superiores no mundo moderno, porém não só superiores como ontologicamente superiores. Dada, tal circunstância, nota-se que tanto a modernidade quanto a estrutura de pensamento racional foram desenvolvidos pela lógica eurocêntrica. A dualidade Europa e não-Europa foi a divisão universal do mundo moderno.



O eurocentrismo moderno impôs, necessariamente, um epistemicídio, uma desvalidação dos saberes dos grupos sociais oprimidos. Saberes estes que foram tratados como místicos e folclóricos classificados como irracionais, bárbaros, atrasados e tomados como inexistentes. Tal modernidade ainda promulgou o etnocídio com o genocídio de povos indígenas e negros, além do sistema de escravidão implantado como subsídio de uma mão de obra barata para a implantação da infraestrutura açucareira.

*[...]Jo modo como a colonialidade do poder está vinculada com a concentração na Europa do capital, dos assalariados, do mercado de capital, enfim, da sociedade e da cultura associadas a essas determinações. Nesse sentido, a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida. (QUIJANO, 2005, p. 125)*

Percebido o padrão eurocêntrico o conhecimento passa a fazer referência as formas de dominação e produção de conhecimento por meio da “régua” europeia. A proposta epistemológica eurocêntrica aponta primeiramente uma dualidade entre a legitimidade branca, eurocêntrica, colonizadora e a deslegitimação dos conhecimentos dos povos oprimidos tais como negros, indígenas e mestiços. A divisão racial, impõe que tais povos sejam lançados a marginalidade e aos cargos servis de trabalho.

O estado moderno surge como órgão legitimador da colonialidade, exercendo poder por meio da militarização sobre a população negra e indígena e reforçando o sistema de escravidão. A ideologia cristã, imposta pela Europa aos povos colonizados, implica na disciplina e controle dos saberes e comportamentos das comunidades oprimidas, possuíam, portanto, a função de “salvar” os pagãos justificando, desta forma, as atrocidades cometidas pelos europeus. “Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços.” (QUIJANO, 2005, p. 135).

## **A COLONIALIDADE COMO UM PROJETO FORMATIVO**

No Brasil o projeto colonial é construído em comunhão com a igreja cristã que tem como responsabilidade a formação dos povos colonizados e a justificação da dominação física, geográfica e ideológica dos europeus frente aos povos oprimidos. Assim a educação colonial tinha como finalidade a superação do “primitivismo” dos sujeitos “outros” para que houvesse dessa forma a ascensão a status de civilidade que configurava a sociedade europeia. O modelo de formação trazido das metrópoles, com os colégios jesuítos europeus, tinha como objetivo a homogeneização cultural, bem como, a evangelização e alfabetização dos povos escravizados e o ensino das artes e ofícios.





No Brasil império, a formação tem como finalidade a superação da miscigenação almejando a construção de uma identidade cultural, porém tal projeto, não tinha como foco a superação do sistema de subalternização das identidades coletivas. “Em outras palavras, no Brasil independente, a educação considerada elementar permaneceu endereçada às pessoas negras, mestiças e pobres e, portanto, aos “outros”, reiterando, assim, o papel civilizatório sob a perspectiva da aculturação das práticas educativas oficiais.” (RAMALHO, LEITE, 2020, p. 8)

Assim, tal formação tinha como finalidade a civilidade da população considerada sujeitos em estados primitivos e, portanto, devem voltar-se para a transformação em sujeitos de direito, republicanos. Percebe-se que a educação manutenciona uma dualidade dos padrões da modernidade colonial. Que se volta para a disciplina e hierarquização do processo educacional, o próprio sistema educativo é herança dos atravessamentos estruturais que fundamentam o colonialismo, ou seja, a educação “civilizatória” está atrelada a população negra, indígena e mestiça.

*Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema educacional. Isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio a si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. Para fazê-lo aceitar os princípios da superioridade branca, destruir nossa confiança, reprimir nossa criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe. Os senhores colonialistas perceberam bastante depressa que, se conseguissem que um povo subjugado pensasse como eles, esquecesse sua própria história e sua própria cultura, [...] então eles já teriam concluído o trabalho de nos manter sob dominação e exploração perpétuas (RAMALHO, LEITE apud DAVIS, 2016, p. 161).*

A garantia a educação se deu no Brasil a partir de 1988 onde o direito ao ensino fundamental era assegurado constitucionalmente. Contudo, cabe salientar que o direito de frequentar a escola não é a garantia da permanência escolar, pois quando voltado para a população periférica e pobre a escola sempre foi um árduo caminho a se conquistar. Claramente a luta por direito a educação é a busca da ocupação de um espaço do qual os povos colonizados foram alvejados durante a dominação europeia. Mais do que isso, ocupar esse espaço significa legitimar a voz das culturas marginalizadas, dos saberes invalidados, do conhecimento popular.

O epistemicídio realizado pelo eurocentrismo se constitui, entre outras formas de violência, como uma violência simbólica na medida em que desmerece e mistifica os saberes da população colonizada. Porém, para além desse processo o ensino da língua portuguesa na colônia brasileira tem o objetivo de dominação e subversão das formas de comunicação nativas. O ensino da língua do colonizador, viabiliza não apenas a comunicação entre os



povos europeus e a população indígena e negra, mas também toma o espaço de resistência e resiliência cultural dos povos escravizados confiscando, dessa forma, a possibilidade de construção de laços afetivos, de identificação, de rebelião. Sendo uma forma de dominação e controle ideológico, dos sonhos, das epistemologias e dos processos de comunicação social.

A escola é uma instituição formativa nos moldes do modernismo colonial, pois é um espaço privilegiado aos homens brancos que buscam a escola como fonte de saberes eurocêntricos. Uma instituição que racionaliza, ou ao menos, normaliza circunstâncias de discriminação racial, sexista, de negligência dos corpos negros e indígenas. Desta forma, a população marginal trava batalhas para a seguridade do acesso à escola e pela sua permanência.

Contudo é possível apontar ainda que a instituição escolar em si é uma proposta de aculturação destinada aos povos feitos “outros”. Se considerarmos a escola como espaço formal do saber, está, vem em uma derradeira desestruturação dos moldes de aprendizagem nativo e cultural dos povos originários e negros. A educação existe antecipadamente a instituição escolar, desde sempre a comunidade nativa narra, ensina e transfere os seus saberes para os mais novos de modo coletivo e descentralizado marcado apenas pelo aspecto empírico, e desta forma, hierárquico. Portanto, percebe-se que a educação antecede o projeto de instituição escolar que se dá no processo de colonialismo para expropriação da cultura originária.

O colonialismo surge com um pressuposto econômico sobre a égide da invasão militar, de um sistema de exploração de riquezas, da instalação de um padrão racial de poder e implica uma dominação do sistema cultural. Este último é disseminado e favorecido pela instituição escolar que tem como finalidade a subversão do sistema religioso, a dominação do sistema formativo ideológico e o caráter de extrativismo intelectual.

A instituição de ensino religiosa criada pelos jesuítas, é nesse sentido, um projeto refinado de colonialismo cultural que surge em alinhamento a exploração dos sujeitos “outros” na justificativa de torná-los cristãos, ou seja, seres que possuem alma, uma religião e dignos de existência. Percebe-se então que a justificativa inicial para a educação jesuítica é o caráter da dominação subjetiva, do controle dos ritos e mitos originários e principalmente a abolição do dialeto nativo.

As “missões” jesuíticas surgem na resistência dos povos originários em apropriar-se dos ensinamentos cristãos e tinham como foco a reprodução das formas de existência europeia. Desta forma realizava-se a criação de núcleos de vida agrícola na qual voltava-se para a permanência dos subalternizados neste e espaço e assim era organizado o modelo de vida cristã e europeia na qual a formação religiosa intensificava-se.



Os jesuítas ainda realizaram a construção de uma gramática do dialeto nativo de modo que a comunicação com os nativos tornar-se-á mais sistemática e generalizada fazendo com que houvesse uma forma de compressão mais clara entre europeus e os povos originários. Contudo, deve-se salientar, que a gramatização da língua nativa se configura na corrosão do dialeto originário, pois o mesmo é de tradição oral e culturalmente exercido de modo discursivo, ou seja, gramatizar o dialeto nativo é um mecanismo de opressão e dominação cultural por meio da linguagem.

O projeto formativo da colonialidade acompanha o progresso das colônias brasileiras e desta forma a educação começa a modificar-se e passa a existir uma educação colonial na qual os negros e as negras e seus descendentes, bem como as mulheres eram excluídas deste processo. E posteriormente uma educação voltada para a elite agrária, ou seja, uma formação mais refinada na qual se aprendia a gramática, discurso e oratória, aritmética, geometria, além do ensino religioso. Esta educação era reduzida apenas aos filhos dos donos de engenhos e os homens.

Compreende-se, por conseguinte, que a escola desde sua formação é um projeto de aculturação, dominação e expropriação da cultura originária. A instituição de ensino que tem em maior parte de seu público os sujeitos feitos “outros” pelo colonialismo. Ainda assim, esta serve a lógica da colonialidade como uma instituição de esvaziamento da cultura nativa em detrimento da formação dos sujeitos eurocêntricos na negação de suas identidades e na construção de uma imagem representativa do homem, branco, hetero, europeu.

## A COLONIALIDADE DA EDUCAÇÃO E A MODERNIDADE

Ao analisar o colonialismo e suas vertentes que se estendem para além do momento histórico colonial percebe-se que o mesmo não fora apenas um modelo ou um método de exploração, mas o colonialismo nas américas inaugura toda uma forma de pensar e agir frente a uma realidade de exploração dos recursos, um sistema de exploração de sujeitos, até então com seus costumes e cultura que foram violentados e condicionados a uma realidade de domínio e expropriação de suas existências e identidades.

A colonização cunha ainda uma divisão social até então desconhecida pela humanidade. O artifício simbólico ideológico de “raça” é cunhado na justificativa da hierarquização social, definindo desse modo a superação dos brancos europeus sobre os povos originários, os negros, a sua cultura, o seu dialeto e as suas manifestações de existir no mundo. A “raça” classifica ainda um estado superior de desenvolvimento e civilidade, ainda mais do que isso, a dita “raça” é uma justificativa religiosa para definir se os sujeitos “outros”



possuíam alma ou não, pois sendo esses povos menos evoluídos e sem alma deveriam ser explorados em nome de deus e da igreja.

O processo civilizatório do colonialismo não se encerra apenas com a libertação das colônias, pois este interfere nos moldes de trabalhos, nas formas de existência, na língua, nos discursos, nas relações sociais, nas formas de pensar etc. Na persistência das estruturas coloniais de dominação e exploração dar-se o nome de “colonialidade” que estabelece os parâmetros de vida, agora não mais nas américas apenas e sim universalmente, que legitima ou deslegitima corpos e discursos, que aponta culpados entre os negros e povos originários enquanto justifica e ratifica a idoneidade dos brancos europeus.

A colonialidade mantém vivo um sistema de subalternização da cultura dos sujeitos “outros”. A razão e a ciência, que são brancas, ainda contribuem para justificar e racionalizar um processo refinado de continuidade dessa herança colonial. Mais do que um sistema a colonialidade é um projeto que visa manter o domínio de alguns seres humanos sobre outros. E para isso utiliza dos mais diversos artifícios, desde instituições de ensino para os que não possuem alma, como a demonização da cultura dos povos negros e originários, assim como a catequese, as desvalidações dos saberes tradicionais, as restrições das tradições orais etc.

Cabe salientar, nesse sentido, que não se pode reduzir a educação a escola, ou seja, a educação é um processo de ensino/aprendizagem que visa a passagem de saberes para as gerações futuras de modo que a cultura e os ensinamentos permaneçam ao longo da história. Assim sendo, a educação é um mecanismo de perpetuidade cultural, pois dessa forma a cultura continua a vigorar ao longo dos anos. O colonialismo e mais tarde a colonialidade corrompe esse processo de conservação da cultura dos povos negros e originários causando um epistemicídio de seus métodos de pensar, passar e viver o processo de ensino/aprendizagem. Assim, muito antes da catequese ou das escolas serem criadas o colonialismo impunha uma supremacia moral, espiritual e ideológica.

A monogamia, a vivência das experiências sensoriais (que foram desvalidadas em detrimento da razão europeia), a exploração da natureza, a condição de sujeito para o trabalho acumulativo, ou seja, o trabalho que demanda mais que o necessário para a sobrevivência, a servidão, a racialização etc., foram modelos de existir trazidos e impostos pelos europeus. Percebe-se, desta maneira, a violência simbólica cometido pelos colonos transformando os traços de existência dos povos explorados que foram devastados na sua originalidade e sua identidade. A fundação da instituição escolar tinha a finalidade de prover a formação dos povos indígenas, fazendo com que estes passassem a dispor dos valores morais, éticos e ideológicos do povo europeu.



A educação colonial, no entanto, não se encerra com o final do colonialismo. Na realidade permanece sobre outra roupagem, a colonialidade da educação se mantém ao longo da história do Brasil. As escolas após o período colonial voltam-se apenas para uma elite agrária que ao cumprirem o ensino básico prostavam cursos superiores fora do Brasil. A grande massa populacional não possuía educação básica e quando muito apreendiam a ler e escrever.

Cabe salienta ainda que alfabetizar, nesse sentido, é um processo de construção da colonialidade, ao passo que reitera os conhecimentos, os saberes e a cultura impostos pelos europeus em detrimento e na deslegitimação da tradição oral. A cultura escrita, portanto, caminha na direção da desconstrução das narrativas de tradição oral da cultura nativa.

A subalternizam dos povos explorados, a mobilização migratória da população nordestina para as regiões do sul e sudeste, a força de trabalho braçal compostas por corpos negros e povos nativos, uma classificação racial e por gênero do mercado de trabalho que supervaloriza o intelecto, o fracasso da educação escolar pública etc., são desdobramentos de uma herança da colonialidade da educação.

O ensino superior há muito foi um privilégio da elite agrária brasileira. O sucateamento da educação pública manutenciona a colonialidade na medida em que mantém os povos explorados sobre opressão e controle. A educação tecnicista, voltada para grande parte da população tem como finalidade a limitação da população negra e originaria ao ensino superior.

Nota-se, portanto, que a escola é um instrumento que visa reforçar os modelos de cultura, existência e aprendizagem europeus e para isso busca manter os subalternos sobre controle e a margem do processo político, social e educacional, a estes resta apenas se apropriar e reproduzir comportamentos daqueles que suplantaram os saberes da população negra e originaria em busca de uma supremacia epistêmica, religiosa e econômica.

## CONCLUSÃO

Depreende-se da discussão realizada ao longo desta pesquisa que a escola reproduz uma única forma de pensar, um único método de produzir saberes, uma única língua, uma uniformidade, almeja, desta forma, uma universalidade que possui raízes na colonialidade na permanência da supremacia da razão em detrimento dos saberes originários.

O projeto formativo da colonialidade sucateia a possibilidade de pensar os colonizados por suas próprias narrativas e discursos relegando-os a condição de narrados nos quais



apenas reproduzem comportamentos. Desta maneira, as tradições orais, culturais e religiosos foram demonizadas e transformadas pelas instituições de ensino na busca de possuir sujeitos que dispusessem de um único dialeto e possuíssem um único deus a temer e dever obediência. O colonialismo transforma a relação dos povos negros e nativos com a natureza e consigo mesmo na busca de construir corpos doces para o trabalho nos modelos de exploração e acumulação de riquezas.

A finalidade da instituição escolar submete-se a condição de formadora de alunos que vazios de sua tradição e identidade não teriam condições de emancipar-se, pois não está imbuído na formação dos sujeitos “outros” a possibilidade de construir-se antes disso devem fragmentar-se. Seja na educação básica, seja na educação superior o processo de ensino/aprendizagem volta-se para uma epistemologia ocidental europeia ensinando-nos que o mundo é branco, burguês e masculino.

## REFERÊNCIAS

Castro-Gómez, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, (p. 87-95).

Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Companhia editorial nacional, 32° edição, 2005.

Quijano, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, (p. 117-142).

RAMALHO, Bárbara; LEITE, Lúcia H. Alvarez. Colonialidade da educação escolar: aproximação teórica e análise de práticas. Revista Educação em Questão, Natal, v. 58, n. 58, out./dez. 2020.

Sá, Ana Paula dos S. de. Descolonizar a educação é preciso: Significados de uma perspectiva pós-colonial de educação a partir do contexto brasileiro. Educação, Sociedade & Culturas, n° 55, p. 131-148, 2019.

Santos, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte; Autêntica; 2019.